

O LUMPEMPROLETARIADO EM FRANTZ FANON - UMA FORÇA POLÍTICA ANTICOLONIAL

The Lumpenproletariat At Frantz Fanon – A Political Force Anti-Colonial

Lisandro Braga¹

RESUMO

Nesse artigo realizamos uma discussão teórica focalizada na análise desenvolvida por um dos principais intelectuais negros e militante anti-colonial, Frantz Fanon, em sua obra *Os condenados da terra* (1961). Nosso propósito é compreender a especificidade de sua análise sobre a classe social marginal africana (o lumpenproletariado), sua postura política e a importância do seu engajamento na luta anticolonial. Partiremos de uma teoria social das classes sociais, buscando compreender quem é o lumpenproletariado, quais são suas possibilidades políticas e, a partir daí, demonstrar como a análise de Fanon promoveu uma releitura e reavaliação positiva sobre a postura política dessa classe social, fornecendo uma contribuição expressiva para a teoria social contemporânea e para a luta cultural anticolonial.

Palavras-chave: Capitalismo subordinado africano; Classe marginal; Luta anticolonial

ABSTRACT

In this article, we carry out a theoretical discussion focused on the analysis developed by one of the main black intellectuals and anti-colonial militants, Frantz Fanon, in his work *The Wretched of the Earth* (1961). We aim to understand the specificity of his analysis of the African marginal social class (the lumpenproletariat), his political stance, and the importance of his engagement in the anti-colonial struggle. We will start from a social theory of social classes, seeking to understand who the lumpenproletariat is, and what its political possibilities are and, from there, demonstrate how Fanon's analysis promoted a reinterpretation and positive reassessment of the political stance of this social class, contributing significantly for contemporary social theory and the anti-colonial cultural struggle.

Keywords: African subordinate capitalism; Marginal class; Anti-colonial struggle

¹

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás/UFG, professor no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR e diretor do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social/NECCSO/UFPR. E-mail: lisandrobraga@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3143-5694>

Introdução

A história das choras africanas (egípcias), das polis gregas, das urbes romanas, dos feudos e cidades europeias renascidas e expandidas, a partir do século XII, é também a história, coincidentemente marginal, de uma classe social *sui generis*. Essa classe social existiu em todas as sociedades classistas do passado e ainda existe na atual sociedade capitalista. Trata-se da história de uma classe marginal, pois, que se encontrou e se encontra à margem da divisão social do trabalho em diversas sociedades classistas históricas.

A marginalização da divisão social do trabalho nos diversos modos de produção classistas gerou uma classe em farrapos, isto é, um conjunto de indivíduos que mesmo desejando e podendo oferecer força de trabalho a ser explorada não consegue. Essa classe em farrapos sempre compôs porção da população das sociedades classistas, aquela porção populacional “sobrante” como força de trabalho, que não consegue se apropriar dos meios de sobrevivência por meio do trabalho (BRAGA, 2013; VIANA, 2015).

Buscando reproduzir seus interesses imediatos marginalizada da divisão social do trabalho, essa classe pode ser encontrada no escravismo grego e romano com os vagabundos e a plebe, pode ser encontrada no feudalismo europeu com os *paupers* e indigentes (MARX e ENGELS, 1984; FILHO, 2009) e pode ser encontrada no capitalismo contemporâneo imperialista (Japão, França, EUA etc.) e no capitalismo subordinado (México, Brasil, Argentina, Argélia, Quênia etc.) com o lumpemproletariado e suas frações de classe (desempregados, subempregados, sem-teto, sem-terra, mendigos, andarilhos, prostitutas etc.); essa é a *classe em farrapos* da sociedade capitalista. Portanto, esse “lumpemproletariado nas suas formas mais ou menos desenvolvidas, constitui um fenômeno comum a todas as etapas da civilização” (ENGELS, 1975, P. 42).

Esse trabalho, ao se fundamentar em uma análise marxista das classes sociais e de suas lutas, pressupõe o lumpemproletariado como a classe marginal da sociedade capitalista, que se relaciona com diversas outras classes sociais, seja através de uma aliança com algumas classes (campesinato, proletariado, frações da burocracia etc.), muitas vezes estabelecida

por meios aliciadores, seja através da luta contra outras classes (burocracia, burguesia etc.), quer dizer, o lumpemproletariado sempre adotou uma postura política, seja ela qual for, diante das lutas políticas desenvolvidas no capitalismo (VIANA, 2015; BRAGA, 2013).

O marxismo autêntico e o contemporâneo traçaram diversos apontamentos a respeito dessa classe social, de suas condições materiais de existência, das tendências e possibilidades concretas que ela carrega em termos de *postura política e contestação social*, a manifestação concreta dessas posturas em diversos contextos históricos etc. (MARX e ENGELS, 1997; VIANA, 2018; BRAGA, 2013, 2020).

A partir de então, e através da ressignificação marxista do lumpemproletariado, recorreremos à análise do pensamento de Frantz Fanon, exclusivamente aquele sistematizado na sua obra *Os condenados da terra* (2013), que reforça a diversidade de possibilidades contidas nas lutas políticas e na contestação social lumpemproletária, a partir de uma realidade concreta e diversa, no contexto das lutas anticoloniais no capitalismo subordinado africano, especificamente na Argélia.

Desse modo, as principais problematizações desse trabalho passam por pensar essa classe social e seu envolvimento nas lutas políticas. Afinal de contas, quem é o lumpemproletariado? Que postura política o lumpemproletariado tem adotado em diversas lutas sociais ao longo da história capitalista, entre os séculos XIX e XXI? De que modo alguns intelectuais analisaram essa classe social e sua postura política nesse período histórico? Que contribuições a análise de Frantz Fanon (2013) oferece para esse debate e, até mesmo, para sua notável reavaliação na teoria social contemporânea? Buscando essas respostas, começaremos por teorizar essa classe marginal na sociedade capitalista.

Capitalismo e classe marginal

O lumpemproletariado emerge na sociedade capitalista de forma elementar, ainda como uma classe social que é resquício da desintegração do feudalismo, os mendigos, os leprosos e aleijados, os vagabundos (que vagam

sem lar e sem ofício, andarilhos) etc. que não passam, em seu conjunto, por um processo de proletarização de sua força de trabalho imediato e, assim, permanecem à margem da divisão social do trabalho na sociedade capitalista nascente. Contudo, a consolidação do capitalismo e sua dinâmica reprodutrora da acumulação capitalista ampliada no século XIX, passa a determinar o processo de proletarização e inserção de pessoas em outra atividade e outra classe social (serviços, classe serviçal), gerada pela divisão social do trabalho capitalista e o processo de lumpemproletarização social, isto é, a marginalização de pessoas dessa divisão social do trabalho, tornando-a parte da própria dinâmica social capitalista, constituindo-se como uma potente alavanca de acumulação de capital e sua maior estabilização, através da formação desse exército industrial de reserva, dessa “população sobrante”.

A complexidade da dinâmica que envolve esse processo internacional de acumulação capitalista é expressão da complexidade de ações e relações sociais concretas de um conjunto de indivíduos que, com a expansão da divisão social do trabalho (marca da sociedade capitalista), exercem um conjunto de atividades de produção e regularização social dessa sociedade. Tais ações constituem o conjunto das relações sociais estabelecidas entre as diversas classes sociais existentes na história da sociedade capitalista. Mas, como as classes sociais são significadas nesse trabalho?

As classes sociais foi tema de diversas análises sociológicas na segunda metade do século XX (GIDDENS, 1975; OSSOWSKI, 1976; GURVITCH, 1982; DAHRENDORF, 1982) e ainda é tema de diversos intelectuais contemporâneos (BERTONCELO, 2014; WRIGHT, 2015; BRAGA, 2016; VIANA, 2018; MAIA, 2020). Nada obstante, não cabe aqui uma digressão para retomar essas diversas perspectivas, mas, tão somente, tornar clara a perspectiva teórica que temos adotado na última década de nossa trajetória investigativa, com o intuito de fortalecer uma teoria social das classes sociais, especialmente com foco na ressignificação teórica do lumpemproletariado como uma *classe marginal do capitalismo* (BRAGA, 2013, 2020, 2024).

Um estudo pormenorizado do significativo conjunto de obras desenvolvidas por Marx (1985, 1986, 1997, 2008), em parceria com Engels em algumas delas (1984, 1997), possibilita a extração incontestável de uma teoria marxista incompleta das classes sociais no capitalismo (VIANA, 2018).

Porém, muito cedo essa dupla intelectual ofereceu uma compreensão clara do que entendiam como sendo uma classe social. A emergência da própria burguesia como classe social na Europa e seu antagonismo com a classe dominante feudal (nobreza) tornou mais cristalina a percepção das classes sociais, seus elementos constituidores, seu antagonismo na nova sociedade de classes que brotava etc., pois,

os burgueses de todas as cidades eram obrigados, na Idade Média, a unir-se contra a nobreza rural para salvarem a pele; a expansão do comércio, o estabelecimento de comunicações, levou as diferentes cidades a conhecer outras cidades, as quais tinham afirmado os mesmos interesses na luta contra o mesmo contrário. Das muitas corporações locais de burgueses tornaram-se, ao mesmo tempo, pelo antagonismo *contra as relações vigentes*, e pelo tipo de trabalho por aquelas condicionado, *condições que a todos eles eram comuns* e independentes de cada um deles. Os burgueses tinham criado estas condições na medida em que haviam cortado com o vínculo feudal, e foram por elas criados na medida em que foram condicionados pelo seu *antagonismo contra a feudalidade* que já encontravam vigente. Com o estabelecimento da ligação entre as diferentes cidades, estas *condições comuns* desenvolveram-se e tornaram-se *condições de classe*. As *mesmas condições, o mesmo contrário, os mesmos interesses*, tinham também de dar origem, por toda a parte e dum modo geral, a *costumes iguais* [...] *Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra uma outra classe*; de resto, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, em concorrência. Por outro lado, *a classe autonomiza-se, por seu turno, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes indicada pela classe a sua posição na vida – e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal –, estão subsumidos na classe* (MARX e ENGELS, 1984, p. 82-83 –itálicos nossos).

Nessa obra eles apresentam claramente sua acepção da constituição das classes sociais, isto é, uma classe social se constitui a partir do momento em que um conjunto de indivíduos detêm o mesmo *modo de vida*, afirmam os mesmos *interesses/costumes* e travam lutas com o conjunto de indivíduos detentores de *interesses antagônicos* aos seus (MARX e ENGELS,

1984). Portanto, deve-se afirmar que existe sim uma concepção marxista das classes sociais, desde a segunda metade do século XIX, diga-se de passagem. No entanto, tal teoria sobre as classes sociais no capitalismo encontrava-se incompleta e perpassada por diversas inconsistências e selectudes (VIANA, 2018).

A partir de um esforço analítico e interpretativo denso das obras de Marx, em alguns casos, produzidas em parceria com Engels, autores contemporâneos restabeleceram uma teoria marxista das classes sociais assegurando que

as classes sociais são formadas por indivíduos que compartilham um mesmo modo de vida (condições de vida, modo de atividade, costumes, representações) que geram interesses comuns e oposição a outras classes. Este modo de vida é constituído por uma determinada posição na divisão social do trabalho que, por sua vez, é determinada pelo conjunto das relações de produção, sendo que o modo de produção dominante é determinante nessa configuração da divisão social do trabalho (VIANA, 2018, p. 69).

Posto isto, é daqui que partiremos para compreender *o lumpemproletariado como classe* no interior da teoria marxista das classes sociais no capitalismo. O propósito é partir da teoria desenvolvida por Karl Marx das classes sociais para, em seguida, demonstrar como o lumpemproletariado é analisado no interior de um contexto histórico e discursivo e apresentando as *inconsistências* presentes na análise do autor. Contudo, aqui sintetizaremos essa discussão e focaremos na análise da postura política dessa classe marginal, haja visto que uma análise teórica melhor sistematizada sobre o lumpemproletariado já propomos em outros trabalhos (BRAGA, 2013, 2020 e 2024).

Ao contrário do que afirma a ideologia leninista, isto é, de que as classes sociais se restringem aos “grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado” (LÊNIN, 2004, p. 150 – nossos itálicos), Marx abstraiu do conjunto das relações sociais, constituídas pela divisão social do trabalho,

e não de um “lugar num sistema de produção”, uma diversidade de classes sociais, que podem ser agrupadas em classes fundamentais (burguesia e proletariado) e classes subsidiárias (burocracia, intelectualidade, lumpem-proletariado, servicial etc.).

O lumpemproletariado é uma das classes que compõe as classes subsidiárias e que aparece em diversos momentos nas análises de Marx. O contexto discursivo no qual o lumpemproletariado aparece em suas análises é bastante sugestivo, uma vez que ele é marcado pelo debate acerca das classes sociais e pelo debate sobre a dinâmica da luta de classes no século XIX. O aparecimento do lumpemproletariado no interior desse debate não sugere outra coisa que não o entendimento desse enquanto uma das classes sociais da sociedade capitalista (a classes dos marginalizados), que está envolvida na luta de classes (VIANA, 2018; BRAGA, 2024).

A título de exemplo podemos mencionar o contexto discursivo presente na análise de *O manifesto comunista* (1997), isto é, no contexto da luta de classes entre as classes sociais da velha sociedade (aristocracia feudal) e a burguesia, além do envolvimento de outras classes sociais, pois “em todas essas lutas, vê-se obrigada a apelar para o proletariado, a solicitar seu auxílio e arrastá-lo para o movimento político. A burguesia mesma, portanto, fornece ao proletariado seus próprios elementos de educação política e geral, outras palavras, fornece ao proletariado os elementos da sua própria educação” (MARX e ENGELS, 1996, p.75). Assim, o contexto discursivo geral em que o lumpemproletariado desponta nessa obra é marcado pelo debate acerca das classes sociais e suas lutas, com destaque para o proletariado como uma classe potencialmente revolucionária no capitalismo.

Nesse debate, Marx e Engels analisam uma diversidade de classes sociais (classe média baixa, os artesãos, os lojistas, o campesinato etc.) e suas possibilidades políticas no interior da luta de classes. Sobre o lumpemproletariado afirmam que, “essa putrefação passiva dos estratos mais baixos da velha sociedade, pode, aqui e ali, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; no entanto, suas *condições de existência* o predispõem bem mais a se deixar comprar por tramas reacionárias” (MARX e ENGELS, 1996, p. 76).

Dessa passagem podemos extrair dois elementos importantes. Primeiro, o lumpemproletariado, mais do que nunca, é apresentado como uma das classes sociais da sociedade capitalista, apesar das inconsistências presentes na sua conceituação, e que é fruto da falta de uma teoria acabada das classes sociais e do lumpemproletariado em Marx. Segundo, sua postura política pode variar em contextos históricos distintos, não sendo uma lei eterna, essência a-histórica do lumpemproletariado sempre se aliciar, como sugere alguns ideólogos (GUIMARÃES, 2008), mas, tão somente uma tendência maior, devido às suas condições materiais de existência, que é marcada por todo tipo de infortúnio social.

Vale ressaltar que a teoria das classes sociais no capitalismo em Marx é incompleta, possuindo diversas inconsistências e senectudes que, no caso do lumpemproletariado, nos constrange a ressignificá-lo teoricamente. Na discussão sobre *A lei geral da acumulação capitalista*, no volume II de *O capital* (1985), Marx discute a formação de um exército industrial de reserva na sociedade capitalista, uma superpopulação relativa:

o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decrece a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1960, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão social do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. O pauperismo constitui o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 1985, p. 208-209).

Novamente o lumpemproletariado aparece como uma classe social nas análises de Marx, contudo, nessa passagem, assim como na anterior em que classifica o lumpemproletariado como “os extratos mais baixos da velha sociedade”, é possível apontar as inconsistências de sua análise sobre essa classe marginal. A afirmação do lumpemproletariado como “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa” também é inconsistente e apresenta diversos problemas, que precisam ser superados por uma teoria das classes sociais, pois que diferenças concretas esse sedimento mais profundo possuiria em termos de modo de vida e interesses em relação aos sedimentos acima da esfera do pauperismo? A que classes sociais pertenciam os indivíduos que estão acima desse sedimento? Tais inconsistências nos levou, tal como outros intelectuais (VIANA, 2018), a ressignificar o lumpemproletariado, a partir de uma teoria marxista das classes sociais, considerando-o como a totalidade do exército industrial de reserva, isto é, compõe essa classe social todas as pessoas que estão marginalizadas da divisão social do trabalho: desempregados, subempregados, mendigos, sem-terra, sem-teto, andarilhos, vagabundos, trapaceiros, prostitutas etc.

O modo de vida dessa classe social a coage a um conjunto de atividades, buscando sobreviver (interesses imediatos) à margem da divisão social do trabalho, bem como a condiciona e a predispõem mais facilmente a adotar uma postura política, nem sempre consciente, reacionária. Contudo, esse condicionamento não é absoluto, pois uma multiplicidade de determinações sociais, nesse ou naquele contexto, pode alterar a correlação de forças sociais, impulsionando setores do lumpemproletariado a adotar também outras posturas políticas, tal como a de reforçar a contestação social e, até mesmo o bloco revolucionário, através de um conjunto de ações que comprometam a melhor sociabilidade capitalista (BOURDIEU, 1998; ROSSI, 2018; BRAGA, 2020).

Lumpemproletariado e lutas sociais

Não é exclusividade do lumpemproletariado deter mais de uma postura política possível, em contextos históricos diversos. Nem mesmo a

nobreza, a burguesia, o proletariado e o campesinato demonstraram uma postura política sempre unilateral, estancada no tempo. Pelo contrário, a história é marcada por uma diversidade de posturas políticas das classes sociais, ao sabor das condições reais, do conjunto de interesses em questão, da correlação de forças sociais etc.

A própria burguesia, antes de decidir pela decapitação dos monarcas absolutistas nos séculos XVII e XVIII, estabeleceu uma duradoura aliança classista com esses entre os séculos XIV e XVI. Antes do proletariado se autonomizar, autogerir suas lutas e construir uma experiência revolucionária fundada na autogestão social, esse lutou sob a hegemonia da burguesia e contribuiu com a consolidação da revolução burguesa na Europa. Do mesmo modo, o lumpemproletariado adotou uma postura política diversa, em momentos históricos diversos, e a análise de Marx apontou para isso.

O processo histórico de constituição das classes inferiores foi longo e marcado por uma série de mutações sociais, caracterizando a transição de uma sociedade feudal para uma sociedade capitalista industrializada. E uma das faces mais visíveis dessas mutações foi a grande quantidade de gente pobre vivendo nas cidades em formação e a frequente manifestação pública de sua rebelião popular. Esse termo genérico (pobres) é expressivo da existência de uma massa ainda amorfa, composta também por indivíduos que ainda não se proletarizaram, nem tão pouco se lumpemproletarizaram, mas que passavam a viver em condições cada vez mais precárias e miseráveis (camponês, artesão, pequeno proprietário de terra empobrecido etc.) e que já apontavam a existência de um expansivo processo de lumpemproletarização social, incipiente na emergente sociedade capitalista.

Seguindo as análises de E. P. Thompson em *Costumes em comum* (1998), é possível apreender uma diversidade de atos de contestação social em que setores do lumpemproletariado nascente, e ainda pouco definido, se envolveram na Inglaterra do século XVIII:

os historiadores econômicos têm feito muitas diferenciações cuidadosas entre diversos grupos de trabalhadores. Mas elas não são relevantes para nossa presente investigação. Nem eram comumente feitas pelos comentadores da *gentry*, quando consideravam o problema geral da “insubordinação”.

Ao contrário, para além dos portões do parque e das grades da mansão londrina, esses viam uma mancha de indisciplina – “os vagabundos e os desordeiros”, a “turba”, os “pobres”, o “populacho” – e deploravam “as suas chacotas perante toda disciplina, tanto religiosa como civil: o seu desprezo pela ordem, a sua ameaça frequente a qualquer justiça e a sua extrema prontidão a participar de levantes tumultuosos pelos menores motivos” (THOMPSON, 1998, p. 45).

A multidão, composta significativamente de desempregados, que se amontoava nas principais cidades industriais do século XIX na Europa, era capaz de verdadeiros espetáculos da pobreza e da ameaça social:

em 1885, uma comissão da prefeitura de Londres (Mansion House) assim se define em relação ao resíduo (lumpemproletariado – LB): “Esta classe é um peso morto sobre o mercado de trabalho, ela interfere nos interesses dos trabalhadores de mérito e de boa vontade, sobre os quais ainda exerce uma influência de efeitos profundos e degradantes (S. Jones, 290). Movimentos de desempregados provocam, na década de 1880, o temor e o espanto entre os londrinos, trazendo de volta o velho espetro da mob, a multidão amotinada que nos anos posteriores às guerras napoleônicas havia promovido desordens consideráveis em Londres e Manchester (BRESCIANI, 1990, p. 46).

É a partir dessa longa tradição de setores do lumpemproletariado, em aliança com diversas outras frações das classes inferiores, realizando diversos motins sociais na Europa, que alguns intelectuais perceberam a possibilidade dessa classe social ser arrastada por um movimento operário revolucionário e para suas lutas. Fundamentado nessa realidade concreta é que Marx e Engels foram sagazes em perceberem a possibilidade dessa postura política combativa, apesar de também reconhecerem nas condições materiais de existência dessa classe social (desemprego, desabrigado, fome, frio, humilhação etc.) a força de um maior condicionamento dessa mesma classe a se vender por tramas reacionárias e contrarrevolucionárias (MARX e ENGELS, 1996).

As revoluções burguesas inevitavelmente lançaram o proletariado e o lumpemproletariado no seio da luta política moderna. O avanço autônomo do proletariado e do movimento democrático na primeira metade do século XIX na França é exemplar da participação cada vez maior dessa classe social nas lutas políticas da época. A obra do historiador marxista Arthur Rosenberg, *Democracia e socialismo* (1986), oferece uma análise minuciosa da participação dessa classe social no movimento democrático europeu francês, bem como de um vasto esforço político burguês para cooptar o lumpemproletariado, evitando assim que esse se aliasse ao movimento operário revolucionário:

o número de desempregados cresceu vertiginosamente quando se acentuou a crise econômica, especialmente em Paris, depois de 24 de fevereiro de 1848. As autoridades ordenaram que se executassem trabalhos de emergência que, contudo, absorveram apenas uma pequena parcela dos desempregados. Os demais se apresentavam providos dos certificados necessários às repartições públicas parisienses competentes para receber os subsídios a que tinham direito. Os representantes da burguesia no Governo Provisório logo se preocuparam com o aumento constante da fila de desempregados que se apresentavam na “repartição do carimbo”. Pensou-se então em organizar de uma maneira diferente os desempregados, a fim de torná-los politicamente inofensivos. Os trabalhadores de emergência ficavam sob a competência do Ministério dos Trabalhos Públicos [...] o mais importante era que os desempregados estavam organizados militarmente com um sistema preciso de chefes e subchefes, estudado para essa ocasião [...] O fim político perseguido pelos republicanos burgueses com essa organização foi atingido plenamente, conseguiu-se uma ruptura entre os que trabalhavam e os desempregados. Os que trabalhavam e enviavam seus representantes ao Palácio Luxemburgo eram, em geral, partidários da democracia socialista; os desempregados inseridos na organização das fábricas nacionais eram, em geral, favoráveis à democracia burguesa. Poderia surpreender a facilidade com que os desempregados se deixaram ganhar nesse momento para a causa da burguesia. Porém, deve-se considerar a confusão política geral, causada pela propaganda democrática da época (ROSENBERG, 1981, p. 109-110).

Marx, ao analisar a luta de classes na França do mesmo período, também detalhou a forma como a burguesia, através de sua principal classe auxiliar, a burocracia estatal, trabalhou para aliciar o lumpemproletariado, utilizando-o segundo seus interesses de classe, que se antagonizam fundamentalmente com os interesses do proletariado revolucionário:

a revolução de fevereiro tinha atirado o exército para fora de Paris. A Guarda Nacional, isto é, a burguesia nas suas diferentes graduações, constituía a única força. Contudo, não se sentia suficientemente forte para enfrentar o proletariado. Além disso, fora obrigada, ainda que opondo a mais tenaz das resistências e levantando inúmeros obstáculos, a abrir, pouco a pouco, e em pequena escala, as suas fileiras e a deixar que nelas entrassem proletários armados. Restava, portanto, apenas uma saída: opor uma parte do proletariado à outra. Para esse fim, o governo provisório formou 24 batalhões de guarda móveis, cada um deles com mil homens, cuja idade iam de 15 aos 20 anos. Na sua maioria pertenciam ao lumpemproletariado, que em todas as grandes cidades constituiu uma massa rigorosamente distinta do proletariado industrial, um centro de recrutamento de ladrões e criminosos de toda a espécie que vivem da escória da sociedade, gente sem ocupação definida, vagabundos, gente sem pátria e sem lar, variando segundo o grau de cultura da nação a que pertencem, não negando nunca o seu caráter de Lazzaroni capazes, na idade juvenil em que o governo provisório os recrutava, uma idade totalmente influenciável, dos maiores heroísmos e dos sacrifícios mais exaltados como do banditismo mais repugnante e da corrupção mais abjeta. O governo provisório pagava-lhes 1 franco e 50 centavos por dia, isto é, comprava-os. Dava-lhes um uniforme próprio, isto é, distinguia-os exteriormente dos homens de blusa de operário. Para seus chefes eram-lhe impostos, em parte, oficiais do exército permanente, em parte, eram eles próprios que elegiam jovens filhos da burguesia que os cativavam com suas fanfarronadas sobre a morte pela Pátria e a dedicação à república (MARX, 2008, p. 84-85).

Nesse contexto, vê-se confirmada a tese segundo a qual, essa classe marginal, devido às suas condições de existência, tende mais fortemente a ser cooptada pela reação burguesa. Contudo, a realidade da luta de classes no capitalismo e do envolvimento do lumpemproletariado nela

é muito mais complexa do que as análises ideológicas abstraíram, pois, é muito simplório imaginar uma classe social mantendo unilateralmente uma mesma postura política, estanque ao longo de mais de séculos de história capitalista, como sugere os destaques da obra *Classes perigosas*: “tanto Marx quanto Engels *sempre tiveram essa posição contrária à utilização de elementos do lumpemproletariado na ação revolucionária, por considerá-lo instrumentos mobilizáveis pela reação, em todos os tempos*, como havia mostrado a experiência histórica” (GUIMARÃES, 2008, p. 24 – itálicos nossos). Entre o que Marx e Engels afirmaram e sua correspondência com a realidade histórica, e o que interpretou Guimarães (2008), existe um abismo que resulta da cegueira interpretativa desse último (BRAGA, 2013; VIANA, 2018).

Esse tipo de leitura seletiva e maniqueísta, como a de Guimarães (2008), foi e é responsável por alimentar todo tipo de preconceito contra o lumpemproletariado, que é transformado em uma entidade metafísica, representante de todo mal social: a classe perigosa. Contudo, alguns intelectuais foram responsáveis por combater essa interpretação dogmática e maniqueísta a respeito do lumpemproletariado, extraíndo da realidade social suas possibilidades políticas concretas. Um dos primeiros intelectuais a promover uma releitura positiva dessa classe social, repensando suas possibilidades e seu possível papel nas lutas anticoloniais africanas, foi Frantz Fanon, em sua obra *Os condenados da terra* (2013).

A reavaliação de uma postura política

Fanon publica sua obra *Os condenados da terra* em 1961, no contexto embrionário do ciclo de desestabilização do regime de acumulação conjugado francês e mundial. Por essa razão, torna-se mister compreender esse contexto para, a partir daí, compreender as múltiplas determinações do imperialismo europeu na África, das lutas anticoloniais e da própria obra desse intelectual.

A história da sociedade capitalista pode ser expressa teoricamente, e de forma geral, enquanto uma sucessão dos regimes de acumulação

capitalistas, que são fundados em determinadas formas de valorização capitalistas (taylorismo, fordismo, toyotismo), determinadas formas estatais (liberalismo, integracionismo, neoliberalismo etc.) e determinadas forma de exploração internacionais, tais como o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo etc. (VIANA, 2009; BRAGA, 2013a; ORIO, 2020; ALMEIDA, 2020).

O regime de acumulação conjugado (1946-1980) emerge logo após o fim da II grande guerra (1939-1945) e expressa uma nova e necessária configuração da sociedade capitalista mundial, com vista à sua reconstrução e garantia da retomada do curso ascendente da acumulação capitalista a partir de então. As sociedades capitalistas europeias, especialmente aquelas que passavam a orbitar na área de influência dos Estados Unidos, uma das superpotências capitalistas do pós-guerra, possuíam uma série de tarefas políticas a cumprirem e essas passavam pela construção de um novo regime de acumulação:

é nesse contexto que surge o regime de acumulação conjugado. O fordismo se tornou hegemônico no processo de valorização, com a tecnologia ocupando um espaço fundamental no processo de aumento de extração de mais-valor e ampliando a produção de bens de consumo, gerando uma produção em massa e consumo em massa. A expansão do sistema de crédito visa aumentar a capacidade de consumo. O aparato estatal é renovado e nesse processo ele realiza determinada modalidade de política estatal, voltada para a reprodução do consumo em massa e para a integração das classes inferiores no capitalismo. O estado assume a forma integracionista e assim efetiva não só uma modalidade distinta de políticas estatais como assume função chave de controlar as relações de produção e relações de distribuição capitalista como também a população [...] o aparato estatal acaba se tornando uma instituição mais poderosa e também onerosa. O fordismo proporciona o aumento da extração de mais-valor relativo, mas a política estatal de aumento de renda via elevação de salários, para possibilitar o consumo em massa, provocava a necessidade de gerar um outro mecanismo para compensar esse processo. Esse mecanismo foi a expansão do capital oligopolista transnacional, o que proporcionava o aumento da exploração internacional. O imperialismo passa a usar outra forma de exploração, que é o que alguns denominaram “exportação das relações de produção capitalistas” (BENAKOUCHE,

1980), ou seja, a implantação de empresas capitalistas nos países de capitalismo subordinado (VIANA, 2019, p. 182-183).

Esse regime de acumulação garantiu certa estabilidade no capitalismo mundial, entre os anos de 1946-1960, contudo, a partir da década de 1960, dá-se início a sua fase de desestabilização marcada fundamentalmente por uma expressiva tendência declinante da taxa de lucro médio, que veio acompanhada de um conjunto de contratendências estatais responsáveis por alimentar uma onda de contestação social, que já mobilizava diversos grupos e setores das classes sociais inferiores (juventude, imigrantes, mulheres etc.), que não eram contemplados pelos supostos benefícios do fordismo, do consumo em massa e do estado integracionista:

as críticas e práticas contraculturais dos anos 60 eram, portanto, paralelas aos movimentos de minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada. Todas essas correntes de oposição começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural, no próprio momento em que o fordismo como sistema econômico parecia estar no apogeu (HARVEY, 2008, p. 133).

É nesse contexto que emerge, na década de 1960, expressivos movimentos de contestação social na França que teve como uma de suas motivações a repressão terrorista francesa às lutas de libertação nacional, no capitalismo subordinado asiático e africano, a partir da década de 1950, e, por conseguinte, do enfraquecimento na década de 1970 e da própria dissolução do regime de acumulação conjugado na década de 1980. E, nesse ciclo de lutas, tanto no capitalismo imperialista, como no capitalismo subordinado, houve ampla participação do lumpemproletariado, como demonstraremos adiante.

Ainda no início do século XIX a concorrência entre as nações capitalistas europeias levara a França a uma política imperialista em busca da expansão dos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas, da ampliação da produção de alimentos, de locais para o investimento

de capitais em infraestrutura etc. como condição de sustentação dos seus sucessivos regimes de acumulação capitalista históricos.

Seguindo as análises de Linhares (2002) é possível constatar que, apesar de inexpressivo se comparado com o imperialismo britânico, o imperialismo francês se firmou após 1815 com a conquista da Martinica, Guadalupe, Guiana, Ilha da Reunião (oceano Índico) e meia dúzia de feitorias nas Índias. Em 1830 iniciou a difícil conquista da Argélia e anexação de Libreville no Gabão (costa ocidental africana). Logo,

com as anexações da partilha imperialista, do fim do século, da política interimperialista que precede a guerra de 1914-18 e, ainda, após o Tratado de Versalhes que selaram a derrota do Império Alemão e a perda das colônias alemãs, podia a República Francesa ostentar, em 1939, às vésperas de outro conflito que viria a ser mundial, um império que fornecia 25% do comércio exportador francês, ocupando 13 milhões de quilômetros quadrados e com 110 milhões de habitantes. As suas principais áreas de dominação eram as seguintes: Na África do Norte, a Argélia, 8 milhões de habitantes, dos quais cerca de 1 milhão de franceses residentes e colonos; a Tunísia e o Marrocos, como protetorados; O Saara, estendendo-se para o sul até as proximidades do Congo; essa África negra dividia-se, administrativamente, em duas federações: a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa (principais colônias: o Senegal, a Costa do Marfim, o Sudão Ocidental); Togo e Camarões, ex-colônias alemãs, mandatos da Sociedade das Nações; Nas Antilhas, sem alterações; no oceano Índico, Madagáscar; no Pacífico, a Indochina (Anam, Laos, Camboja, Cochinchina e Tonquim); na Oceania, Nova Caledônia, além de pequenas ilhas esparsas (Taiti, por exemplo); no Oriente Próximo, os mandatos das Ligas das Nações, resultantes da partilha do Império Otomano, a Síria e o Líbano (LINHARES, 2002, p. 52-53).

Para tornar regular o regime de acumulação conjugado francês era imprescindível a subordinação de suas colônias e protetorados espalhados pelo mundo. A política de “integração” da classe operária e de outras classes inferiores na França era sustentada pela superexploração da força de trabalho colonial subordinada e de suas respectivas transferências de capital para a França. E esse processo foi caracterizado por uma intensa expropriação de

terras, superexploração da força de trabalho e apropriação de riquezas que eram garantidas através de um conjunto de formas de regularização social imperialistas, mas que também foi marcado por diversos movimentos de resistência à ocupação francesa por parte da ação de diversas classes sociais no capitalismo subordinado asiático e africano.

A ocupação do território argelino foi caracterizada por um amplo processo de expropriação de terras que, a partir da lei Warnier (1873), foram convertidas em propriedades privadas da burguesia francesa invasora. A partir daí a produção agrícola na Argélia se direciona ao comércio estrangeiro, voltada para a produção de trigo, frutas, vinha etc. O capitalismo subordinado argelino emergiu em função do imperialismo francês, sua produção industrial se fundamentou na superexploração do trabalho operário, especialmente através de extensas jornadas de trabalho (mais-valor absoluto), da inexistência de qualquer tipo de “proteção” trabalhista, da liberdade de investimento para o capital bancário francês, da expulsão dos camponeses de suas terras, do êxodo rural e da intensa lumpemproletarização nas cidades etc. (YAZBEK, 1983). Em síntese, o suposto bem-estar social francês se sustentava em um generalizado mal-estar social para as classes inferiores de suas colônias.

Frantz Fanon desenvolve sua obra *Os condenados da terra*² (2013) nesse contexto histórico, especificamente em uma conjuntura marcada pelo crescimento das tensões sociais em torno da libertação dos países de capitalismo subordinado na Ásia e África. Apesar da inexistência de uma teoria sobre as classes sociais em sua obra e por conseguinte do seu respectivo desenvolvimento conceitual, Fanon revela diversos elementos expressivos das relações sociais, dos interesses por detrás da política partidária e sindical, das alianças e lutas entre as diversas classes sociais etc. no contexto das lutas contra o imperialismo europeu. Uma das classes sociais envolvidas na luta anti-imperialista, analisada por Fanon, é a burocracia partidária. Sua análise revela, tal como a análise marxista das classes sociais, que essa fração de classe burocrática possui uma perspectiva conservadora, pacifista e, em raros casos, progressista no discurso:

2

Sua obra foi produzida no ano de 1960 e publicada em novembro de 1961 pela Edições François Maspero, em Paris.

é por isso que se pede aos partidos políticos nacionalistas razoáveis que exponham o mais claramente possível suas reivindicações e procurem, com o parceiro colonialista, com calma e sem paixão, uma solução que respeite os interesses de ambas as partes. Vemos que esse reformismo nacionalista, que se apresenta muitas vezes como uma caricatura do sindicalismo (burocracia sindical – LB), se decide agir, fará isso através de vias altamente pacifistas: interrupção do trabalho nas poucas indústrias implantadas nas cidades, manifestações de massa para aclamar o líder, boicote dos ônibus ou das mercadorias importadas. Todas essas ações servem, ao mesmo tempo, para fazer pressão sobre o colonialismo e para permitir ao povo desreprimir-se. Essa prática da hibernoterapia, essa terapia do sono do povo pode algumas vezes ter sucesso (FANON, 2013, p. 84 – parênteses nossos).

Do mesmo modo, Fanon apresentou a atuação da intelectualidade clerical junto às classes exploradas e marginalizadas destacando seu papel de classe auxiliar da burguesia imperialista, atuando como um eficaz amortecedor social da luta anti-imperialista, apregoando com cinismo, por todos os cantos possíveis, a consagração da “oferta da outra face” para a classe dominante, do perdão de suas ofensas etc.

Diante da peculiaridade do capitalismo subordinado africano, Fanon busca identificar as classes sociais que naquela conjuntura detinham maior potencialidade, interesse e condições em fazer avançar a luta anti-imperialista (libertação nacional). Mesmo sem grandes fundamentações teóricas e com limites analíticos, ele percebe a singularidade das classes sociais, do fosso que separa o conjunto das classes exploradas, expropriadas e marginalizadas, em relação ao conservadorismo da burocracia partidária e sindical que diz representar os interesses nacionais; do antagonismo existente entre um conjunto de interesses classistas; dos limites da consciência do próprio proletariado e do lumpemproletariado naquela conjuntura do capitalismo subordinado africano; do desinteresse, preconceito e desconfiança das organizações burocráticas em relação ao campesinato, em relação ao lumpemproletariado e do impacto de tudo disso na dinâmica da luta anti-imperialista:

vimos que os partidos nacionalistas imitam os métodos e as doutrinas dos partidos ocidentais. Assim, na maioria dos casos, eles não orientam sua propaganda para as massas (campesinas – LB). Na realidade, a análise racional da sociedade colonizada, se tivesse sido praticada, lhes teria mostrado que os camponeses colonizados vivem num meio tradicional, cujas estruturas permaneceram intactas, enquanto que, nos países industrializados, é esse meio tradicional que foi fissurado pelos progressos da industrialização. É no seio do proletariado industrial que se encontram, nas colônias, comportamentos individualistas. Abandonando os campos, onde a demografia provoca problemas insolúveis, os camponeses sem terra, que constituem o lumpemproletariado, se precipitam para as cidades, amontoam-se nas favelas e tentam infiltrar-se nos portos e nas cidades nascidas da dominação colonial. Quanto às massas camponesas, estas continuam a viver num quadro imóvel e as bocas em excesso não tem outro recurso senão emigrar para as cidades. O camponês que permanece defende com tenacidade as suas tradições e, na sociedade colonizada, representa o elemento disciplinado cuja estrutura social continua sendo comunitária [...] em sua espontaneidade, as massas rurais se mantêm disciplinadas, altruistas. O indivíduo se apaga diante da comunidade [...] os partidos políticos não chegam a implantar a sua organização nos campos [...] não vão ao encontro das massas. Não põe seus conhecimentos teóricos a serviço do povo, mas tentam enquadrar as massas segundo um esquema a priori. Assim, da capital, mandam para as aldeias dirigentes desconhecidos ou jovens demais que, investidos pela autoridade central, entendem conduzir o povoado ou a aldeia como uma célula de empresa [...] A experiência desastrosa da tentativa de recrutamento das massas rurais reforça a desconfiança destes (partidos) e cristaliza a sua agressividade contra essa parte do povo (FANON, 2013, p. 134-136- parênteses nossos).

O propósito desse artigo é tão somente perceber nessa obra, a forma como o lumpemproletariado é analisado por Fanon, no interior da dinâmica das lutas de libertação na Argélia; rompendo com a interpretação seletiva e dogmática oferecida pela ideologia leninista sobre a postura política do lumpemproletariado; e, dessa forma, contribuindo para uma releitura auspíciosa da postura política do lumpemproletariado no capitalismo subordinado africano; confirmando a tese marxista segundo a qual o lumpemproletariado tanto pode ser arrastado para um movimento de

contestação social (ao imperialismo), como pode, devido à sua condição de existência, ser aliciado pela reação (imperialista francesa).

A análise de Fanon sobre a dinâmica e as particularidades das lutas anti-imperialistas no capitalismo subordinado africano evidencia a importância política do lumpemproletariado em tais lutas, especialmente como massa de manobra da reação imperialista, visto que essa

para chegar aos seus fins, usou os meios mais clássicos: prisões múltiplas, propaganda racista intertribal e criação de um partido com os elementos não organizados do lumpemproletariado. Esse partido, dito dos Deserados de Madagascar (PADESM) dará à autoridade colonial, com suas provocações decisivas, a caução legal da manutenção da ordem. Ora essa operação banal de liquidação de um partido, preparada previamente, toma aqui proporções gigantescas. As massas rurais, na defensiva há três ou quatro anos, se sentem subitamente em perigo de morte e decidem opor-se ferozmente às forças colonialistas. Armados de lanças e mais ainda de pedras e paus, o povo se joga na insurreição generalizada, em vista da libertação nacional" (FANON, 2013, p. 137).

Por essa razão Fanon enfatiza a importância da militância política anticolonial junto ao lumpemproletariado, visando combater a política de cooptação da burocracia estatal, partidária e militar imperialista que

também vai encontrar no lumpemproletariado uma massa de manobra considerável. Assim, todo movimento de libertação nacional deve dar a máxima atenção a esse lumpemproletariado. Este responde sempre ao apelo da insurreição, mas se a insurreição acredita poder desenvolver-se ignorando-o, o lumpemproletariado, essa massa de famintos e de desclassificados, se lançará na luta armada, participará do conflito, dessa vez ao lado do opressor. O opressor, que nunca perde uma ocasião de jogar os negros uns contra os outros, utilizará com rara felicidade a inconsciência e a ignorância, que são as taras do lumpemproletariado. Essa reserva humana disponível, se não for imediatamente organizada pela insurreição, se encontrará como mercenários ao lado das tropas colonialistas (FANON, 2013, p. 159-160).

Uma análise crítica e materialista do lumpemproletariado deixa claro que, por essa classe social ser o que é (classe marginal) sua postura política tende mais fortemente à cooptação política, contudo, a maior contribuição da análise de Fanon foi a de resgatar e reconhecer também o papel político do lumpemproletariado como força contestadora do imperialismo na África, já que para ele

o lumpemproletariado, constituído e pesando com todas as suas forças sobre a “segurança” da cidade, significa o apodrecimento irreversível, a gangrena instalada no coração da dominação colonial. Então, os proxenetas, os vagabundos, os desempregados, os marginais, solicitados, jogam-se nessa luta de libertação como robustos trabalhadores. Esses desocupados, esses desclassificados vão, através da ação militante e decisiva, reencontrar o caminho da nação. Não se reabilitam para a sociedade colonial ou para a moral do dominador. Ao contrário, assumem a sua incapacidade de entrar na cidade por outro meio que não seja à força da granada ou do revólver. Esses desempregados e esses sub-homens se reabilitam para si mesmos e para a história. As prostitutas também, as empregadas domésticas pagas a 2.000 mil francos, os desesperados, todos aqueles e aquelas que evoluem entre a loucura e o suicídio vão se equilibrar, retomar o caminho e participar de modo decisivo da grande procissão da nação despertada (FANON, 2013, p. 152-153).

A partir dessa constatação Frantz Fanon rompe com uma longa tradição interpretativa dogmática e preconceituosa que reservara ao lumpemproletariado uma postura política, sempre e em todas as partes, essencialmente reacionária. A partir das lutas de libertação nacional africanas o autor pôde perceber a importância política que o lumpemproletariado adquiriu nas lutas sociais, especialmente no capitalismo subordinado e suas possibilidades, a depender do contexto histórico, de suas particularidades e, especialmente, da correlação de forças sociais em luta etc.

Após Fanon diversos outros intelectuais captaram essa possibilidade de uma força contestadora vinda do lumpemproletariado que, inclusive, pode fortalecer as lutas anticapitalistas, tais como as lutas estudantis e operárias francesas no *Maio de 1968*:

conforme as batalhas de rua avançavam, os estudantes recebiam a adesão de números crescentes de jovens trabalhadores, sufocados pelo protocolo dos sindicatos, e de *trabalhadores desempregados* – um grupo cujo papel é enorme quantidade foi consistentemente menosprezado na época da insurreição, e mais ainda em representações subsequentes [...] A partir de 06 de maio, jovens trabalhadores e *desempregados* juntaram-se aos estudantes em Clermont-Ferrand e Grenoble; no protesto de 07 de maio em Toulouse era impossível distinguir estudantes de “não estudantes” ou de trabalhadores nas ruas (ROSS, 2018, p. 103-104).

No regime de acumulação capitalista contemporâneo, a contestação social do lumpemproletariado tende a ocorrer com maior frequência e, por conseguinte, adquire maior visibilidade, especialmente através da emergência daquilo que Bourdieu (1998) chamou de “milagre social”, isto é, um movimento classista composto, majoritariamente, por uma fração de classe do lumpemproletariado: os desempregados. Para ele,

o movimento dos *desempregados* é um acontecimento único, extraordinário. Ao contrário do que nos repetem sem cessar os jornais escritos e falados, essa exceção francesa é algo de que podemos nos orgulhar. Todos os estudos científicos mostraram efetivamente que o *desemprego* destrói aqueles que atinge, suprime suas defesas e suas disposições subversivas. Se essa espécie de fatalidade pôde ser frustrada, foi graças ao trabalho incansável de *indivíduos e associações* que estimularam, sustentaram, organizaram o movimento. E não pode deixar de achar extraordinário que responsáveis políticos de esquerda e sindicalistas denunciem a manipulação (evocando o discurso patronal das origens contra os sindicatos nascentes), quando deveriam reconhecer as virtudes do trabalho militante, sem o qual, como sabemos, nunca teria havido nada semelhante a um movimento social [...] A primeira conquista desse movimento é o movimento em si, a sua própria existência: ele arranca os *desempregados*, e com eles todos os trabalhadores precários, cujo número cresce dia a dia, da invisibilidade, do isolamento, do silêncio, em suma da inexistência. Reaparecendo em plena luz, os *desempregados* reconduzem à existência e a um certo orgulho todos os homens e mulheres que, como eles, o não-emprego condena habitualmente ao esquecimento e à vergonha. Mas eles lembram sobretudo que um dos

fundamentos da ordem econômica e social é o *desemprego em massa* e a ameaça que ele faz pesar sobre todos os que ainda dispõem de um trabalho (BOURDIEU, 1998, p. 128 - 129).

No campo marxista, a reavaliação da leitura de Fanon sobre a postura política do lumpemproletariado exerceu impacto positivo em diversas análises contemporâneas sobre a importância e potencialidade das lutas do lumpemproletariado (VIANA, 2015). Esse também foi o caso dos estudos que realizei, estimulado por essa releitura, sobre o movimento piqueteiro (de desempregados) na região metropolitana de Buenos Aires:

o proletariado bonaerense em luta paralisava a produção, bloqueavam o acesso ao chão da fábrica, realizavam piquetes nas ruas dos bairros que davam acesso aos portões das fábricas, mantendo a entrada bloqueada e a produção paralisada, impedindo a entrada dos fura-greves [...] Com o intenso processo de lumpemproletarização ocorrido no regime de acumulação integral argentino, essa cultura de luta chegou ao lumpemproletariado [...] que impossibilitados de bloquear a produção de capital, bloquearam a circulação e distribuição de mercadorias, assim como a mobilidade e transporte necessário à sociabilidade burguesa. Em linhas gerais, passaram a comprometer a livre circulação do capital e, consequentemente, seu processo de acumulação. (BRAGA, 2020, p. 274).

Esse movimento classista, mais conhecido como movimento piqueteiro, representou, especialmente dentro das suas possibilidades conjunturais, uma das maiores forças políticas de contestação social ao capitalismo neoliberal e, por conseguinte, uma das determinações mais vigorosas da desestabilização do regime de acumulação integral argentino. Portanto, essas diversas experiências históricas reforçaram a tese marxista e a releitura realizada por Fanon (2013), segundo a qual alguns elementos do lumpemproletariado podem, em diversas ocasiões históricas, contribuírem com sua força político-social no fortalecimento de diversos movimentos classistas e sociais de contestação social, inclusive, de maneira radical.

Considerações finais

Desde os primórdios a história da sociedade capitalista foi marcada por diversas lutas entre as diversas classes sociais que a constituíram, ao longo de um extenso processo histórico. O fundamento dessa luta emerge da relação social existente entre burguesia e proletariado, no entanto, e ainda é urgente esclarecer, a luta social nunca se restringiu à luta entre essas classes mas, é a partir dela, que tudo se funda gerando uma dinâmica cada vez mais complexa e envolvendo uma diversidade de outras classes sociais (burocracia, intelectualidade, campesinato, lumpemproletariado, servicial etc.), tanto no capitalismo imperialista, como no capitalismo subordinado, determinando, assim, o desenvolvimento e sucessão de diversos regimes de acumulação históricos.

No primeiro regime de acumulação (extensivo) a luta de classes entre burguesia e proletariado era mais polarizada, a radicalização das lutas e revoluções operárias eram patentes e, por conseguinte, sua percepção mais cristalina; da mesma forma que o envolvimento da burocracia policial e dos serviços policiais eram mais transparentes; a participação do lumpemproletariado em diversos motins, lutas espontâneas e organizadas pela cooptação da burocracia estatal também era mais notória (BRAGA, 2024a).

Sem embargo, o processo expansivo da divisão social do trabalho e a reorganização arquitetônica das cidades ao longo dos regimes de acumulação capitalistas tornou a luta de classes mais complexa e, por conseguinte, menos transparente e perceptível, especialmente após o regime de acumulação conjugado (1946-1980). A emergência de diversas classes sociais, em consequência do processo de burocratização e mercantilização social e de uma maior divisão social do trabalho que ele acarreta, a iminência de uma sociedade civil organizada etc. torna a luta de classes mais complexa, dificultando sua melhor percepção. Diante dessa maior complexificação da luta de classes e da maior dificuldade de sua percepção na contemporaneidade, torna-se crucial saber distinguir as classes sociais determinadas socialmente, dos setores dessas classes que se mobilizam para atingir seus interesses, tanto imediatos, quanto fundamentais (VIANA, 2015a; BRAGA, 2020).

Uma melhor compreensão das ações de setores do lumpemproletariado que buscam sua autodeterminação como classe na sociedade capitalista, mas levando em conta o conjunto de relações que essa classe estabelece com outras classes, suas alianças e oposições classistas, as determinações concretas da política institucional, das divisões e frações das classes sociais, da conjuntura política, da correlação de forças sociais e dos limites da luta lumpemproletária pode ser proporcionada pela expressividade teórica fornecida pelo conceito de blocos sociais. Esses podem ser entendidos enquanto

formas assumidas por uma constelação de forças que expressam o interesse de uma ou outra classe social, girando em torno das duas classes sociais fundamentais. Porém, não se trata das classes sociais concretamente, muito menos de sua totalidade. Os blocos sociais são as formas mais organizadas e conscientes expressas pelas classes sociais que estabelecem estratégias, programas, ideologias, que direcionam suas ações de acordo com os seus interesses. Assim, os blocos sociais estão indissoluvelmente ligados às classes sociais, mas eles não são a mesma coisa. A diferença entre os conceitos de classe social e bloco social reside no fato de que o primeiro expressa a classe em sua totalidade e ação espontânea e o segundo expressa seus setores mais organizados e conscientes, bem como a classe é uma unidade e o bloco é a reunião de mais de uma classe (e contando com suas subdivisões), realizando uma coalização de forças. É por isso que o termo é “bloco”, pois é a reunião de um conjunto de forças que expressam de forma organizada e consciente determinadas classes sociais (VIANA, 2015a, p. 15).

O conceito de blocos sociais contribui para nossa melhor compreensão sobre a maneira como a postura política do lumpemproletariado é analisada na obra *Os condenados da Terra* (2013) e sobre a perspectiva política que Frantz Fanon buscou expressar na mesma. Mas antes disso, devemos, minimamente, apresentar a trajetória política e intelectual de Fanon, visto que a compreensão de uma obra passa necessariamente pela compreensão de quem era seu autor, qual foi sua história, seus vínculos políticos, culturais e intelectuais.

Fanon (1925-1961) era da Martinica, filho de um servidor público da administração colonial francesa na ilha, teve acesso ao melhor ensino

escolar da região; em 1942 se alista no exército francês e é enviado para o norte da África (Marrocos); em 1945 participa da campanha política de seu antigo professor e inspirador político, o poeta e militante negro e anticolonialista Aimé Césaire, que concorre e ganha a prefeitura de Fort de France (capital da Martinica); em 1947 muda-se para a França (Lyon), dando início aos estudos em psiquiatria, onde permanece até 1953. Durante 06 anos experimenta a vida de um francês negro, oriundo de uma colônia, quer dizer, de “um francês menos francês que os outros”. Tal experiência lhe rende em 1952 sua primeira grande obra *Pele Negra, máscaras brancas* (2008), analisando os efeitos psíquicos do racismo (psicopatologia) na desumanização tanto do colonizado, como do colonizador.

Em 1953 Frantz Fanon muda-se para a colônia francesa da Argélia, instalando-se na cidade de Blida, onde assumirá a direção de um hospital psiquiátrico. Como médico entrará em contato direto com a brutalidade terrorista do imperialismo francês na Argélia, especialmente em 1954, quando explode a luta (anti-imperialista) pela libertação nacional. Daí por diante, o intelectual Fanon declara guerra ao capitalismo imperialista francês, lançando-se como um intelectual engajado e tomando partido a favor da luta anti-imperialista argelina:

em 1956, demite-se do hospital e intensifica sua atividade secreta na Frente de Libertação Nacional (FLN), uma das principais organizações nacionalistas argelinas. Na linha de frente do conflito, nos próximos anos atuará entre o Norte da África e a França em um intenso trabalho revolucionário, divulgando a causa da descolonização, prestando auxílio médico aos guerrilheiros argelinos, comparecendo em eventos internacionais (como o I e II Congresso de Artistas e Intelectuais Negros) em busca de apoio para a luta anticolonial (QUEIROZ, 2020, n.p.).

É nesse contexto de engajamento intelectual, político e militante que buscamos compreender a análise desse intelectual acerca da potencialidade do lumpemproletariado na luta anti-imperialista africana, pois o que podemos perceber, nesse nosso estudo teórico focado, foi que a partir do seu engajamento concreto nessas lutas, Fanon tornou-se expressão dos

setores mais avançados e conscientes que buscavam, mesmo com ambiguidades e limites teóricos, constituir um bloco social revolucionário. Como parte desses setores Fanon pôde perceber a importância política e crucial de se efetuar uma luta cultural junto ao lumpemproletariado, buscando conquistar seu potencial contestador para uma maior organização da luta radical anti-imperialista.

Além de diversas outras contribuições intelectuais fornecidas por suas obras, sua análise sobre a postura política do lumpemproletariado em *Os condenados da terra* (2013) e suas diversas possibilidades, representa a superação de uma tradição dogmática e essencialista sobre o lumpemproletariado; bem como nos deixa como legado um alerta para a militância intelectual e política contemporânea que tem esperança e interesse em uma verdadeira emancipação humana: há que se superar o preconceito social (e racial), bem como intelectual, e seguir promovendo uma luta cultural junto ao lumpemproletariado, objetivando fortalecer e ampliar o movimento de contestação social.

Referências

- ALMEIDA, Felipe Mateus. O processo de reestruturação produtiva através da teoria dos regimes de acumulação. Em: ALMEIDA, Felipe Mateus. *O regime de acumulação integral – retratos do capitalismo contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- BERTONCELO, Edison. Classes sociais no Brasil. *Revista Plural*. São Paulo: USP, volume 21, número 02, ano 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRAGA, Lisandro. *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2013.

- BRAGA, Lisandro. A teoria do regime de acumulação integral. *Revista Conflicto Social*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani/UBA, volume 06, número 10, ano 2013a.
- BRAGA, Lisandro. Breve introdução à teoria marxista das classes sociais e do Estado. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: Movimento Autogestionário, volume 11, número 19, ano 2016.
- BRAGA, Lisandro. *Repressão estatal e capital comunicacional – a criminalização do movimento de desempregados na Argentina (1996-2002)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.
- BRAGA, Lisandro. La re-significación del lumpemproletariado en la teoría marxista contemporánea. *Revista Conflicto Social*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani/UBA, volume 17, número 31, ano 2024.
- BRAGA, Lisandro. “Polícia para quem precisa” – a emergência de uma regularização social burguesa. Em: BRAGA, Lisandro (org.). *Capitalismo e repressão estatal*. Goiânia: Ragnatela, 2024a.
- DAHRENDORF, Ralf. *As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo – escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *As guerras campesinas na Alemanha*. Lisboa: Presença, 1975.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2013.
- FILHO, Cyro R. Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. *Revista Ciências Humanas*. Volume 01, número 01, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas – banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- GURVITCH, Georges. *As classes sociais*. São Paulo: Global, 1982.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.
- LENIN, Vladimir. *Uma grande iniciativa - Obras Escolhidas*. Volume 03. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004.
- LINHARES, Maria Yeda. Descolonização e lutas de libertação nacional. Em: FILHO, Daniel Aarão et al. (orgs.). *O século XX – o tempo das dúvidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MAIA, Lucas. *As classes sociais em O capital*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- MAIA, Lucas. *Leituras epistêmicas de O capital*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021.
- MARX, Karl. *O capital*. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Centauro, 1984.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- ORIO, Mateus. O capitalismo no decorrer da história: a sucessão dos regimes de acumulação. Em: ALMEIDA, Felipe Mateus. *O regime de acumulação integral – retratos do capitalismo contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- OSSOWSKI, Stanislaw. *Estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- QUEIROZ, Marcos. Fanon e a violência revolucionária. *Revista Jacobin*. 20/07/2020. Em: <https://jacobin.com.br/2020/07/fanon-e-a-violencia-revolucionaria/> Acessado em: 01/05/2023.
- ROSS, Kristin. *Maio de 68 e suas repercussões*. São Paulo: SESC, SP, 2018. THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

- VIANA, Nildo. Capitalismo e desemprego – o lumpemproletariado na dinâmica da acumulação integral. Em: SOUZA, Davisson C. (org.). *Desemprego e protestos sociais no Brasil*. São Paulo: Editoria da Unifesp, 2015, p. 87-119.
- VIANA, Nildo. Blocos sociais e luta de classes. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: Movimento Autogestionário, ano 10, número 17, 2015a, p. 15.
- VIANA, Nildo. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. São Paulo: Chiado, 2018.
- WRIGHT, Eric Olin. Fundamentos de uma análise de classe neomarxista. Em: WRIGHT, Eric Olin (org.). *Análise de classe – abordagens*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.
- YAZBEK, Mustafa. *Argélia: a guerra e a independência*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RECEBIDO EM: 18/06/2024

APROVADO EM: 23/03/2025